

## INFÂNCIA INSTITUCIONALIZADA: PRIMEIRAS IMPRESSÕES DE UMA CASA LAR

**AGUIAR, Priscila de Souza de<sup>1</sup>; Prof. Dr. WÜRDIG, Rogério Costa<sup>2</sup>; Prof<sup>a</sup>.  
MS MEDEIROS, Rita de Cássia Tavares<sup>3</sup>; PEREIRA, Rita de Cássia Ferreira<sup>4</sup>**

*<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Educação  
Aluna do Curso de Pedagogia – Bolsista PET – pryscylasouagui@yahoo.com.br*

*<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Educação  
Orientador – rocwurdig@hotmail.com*

*<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Educação  
redefreinet@hotmail.com*

*<sup>4</sup> Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Educação  
Aluna do Curso de Pedagogia – Bolsista CNPq – ritadecassia.sorriso@gmail.com*

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da pesquisa ‘Infâncias Abridadas: estudos compreensivos com crianças sob a tutela do estado’ iniciada no primeiro semestre de 2010, financiada pela FAPERGS. Tendo como eixo a invisibilidade e a vulnerabilidade dessas crianças procuramos dar voz e vez a quem pouco é ouvido nesse processo de institucionalização da infância nos abrigos. Buscamos compreender, a partir do ponto de vista das crianças, as condições de abrigo, favorecendo uma leitura desse cotidiano invisível. Além disso, procuramos identificar as manifestações das culturas infantis presentes na rotina do ambiente institucional. A pesquisa está focalizada nos modos de ser, agir e pensar das infâncias produzidas nos lugares sociais reservados aos cuidados e à educação de crianças em situação de risco.

O abrigo de crianças sob a tutela do Estado é resultante de um longo processo histórico e político bastante tenso, ora tratando as crianças como menores delinquentes, ora como menores carentes (VERGARA, 1992; RIZZINI, 2004). A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, as crianças, especialmente as abrigadas, também puderam ser vistas como cidadãos de direitos. No entanto, pouco se sabe sobre “ser e estar abrigado” a partir da ótica das próprias crianças.

Ao longo da história podemos identificar crianças inseridas em diferentes grupos sociais como a escola, a comunidade e a família. Contudo, existem aquelas que se encontram em situações de completo abandono e negligência, sofrendo maus tratos e abusos dos pais e responsáveis, sendo que em alguns casos o retorno à família é desaconselhável, pelas características do núcleo familiar ou da própria criança. É para essas crianças e adolescentes que se propõe o abrigo/casa-lar.

O abrigo enquanto uma medida de proteção prevista no ECA (BRASIL, 1990) tem a finalidade de resgatar o ambiente familiar, substituindo a família original das crianças em situação de abandono, oferecendo-lhes a oportunidade de uma convivência afetiva equilibrada e saudável, condição indispensável ao seu pleno desenvolvimento.

A ideia de tentar criar uma casa-lar dentro de uma estrutura de abrigo para garantir “[...] a individualização no atendimento está sendo implementada por várias unidades” (URIARTE, 2006, p.26) – no RS. Essa nova configuração ainda

é muito recente e carece de maiores estudos e pesquisas sobre o acolhimento das crianças. Para tanto, é fundamental acompanhá-las no ambiente provisório do novo lar onde estabelecem rotinas, parcerias e relações com todos que habitam e circulam pela casa (crianças, adolescentes e adultos).

Os estudos desenvolvidos na pesquisa pautam-se no entendimento da condição histórica da infância enquanto grupo social (DEL PRIORI, 2000; SARMENTO, 2007); na história da institucionalização infantil (RIZZINI, 2004; VERGARA, 2004); na constituição da infância e das famílias (FONSECA, 1999) e das políticas públicas de proteção à infância (PASSETTI, 2000; BRASIL, 1990).

## **2 METODOLOGIA**

A importância da participação das crianças nas pesquisas levou-nos a optar pela abordagem socioantropológica e indicou a etnografia com crianças como a metodologia de pesquisa mais adequada para compreender as infâncias. Conhecer como as crianças que estão sob a tutela do Estado revelam seu cotidiano, quais experiências são valorizadas e quais as relações que estabelecem nesse lugar constituem o nosso problema de pesquisa.

Para tanto optamos, num primeiro momento, pela observação participante e pelas conversas informais. Posteriormente, utilizaremos a entrevista em grupos dialogada, as fotografias e os vídeos produzidos pelas crianças. Complementarão essas ferramentas os registros escritos das crianças, as entrevistas com a coordenadora e com as auxiliares de educação da casa, além da análise documental da instituição. O uso dessas ferramentas em espaços e tempos também diferentes atende ao princípio da triangulação na pesquisa etnográfica. “Um bom registro de dados contém pontos de vista recolhidos de tantas perspectivas quanto possível” (GRAUE e WALSH, 2003, p.127).

Participam desta pesquisa crianças e jovens, com idade entre 1 ano e 5 meses e 18 anos, sendo 5 meninos e 12 meninas. A participação dos sujeitos não é obrigatória, sendo que todos foram convidados e aceitaram participar. Porém, anteriormente ao aceite, estabelecemos contato e obtivemos autorização da coordenadora da instituição e da Promotoria da Infância e da Juventude. Explicamos aos participantes as intenções da pesquisa e os procedimentos que utilizaríamos durante o trabalho de campo, sendo que todos teriam total liberdade para se recusar a participar de qualquer atividade proposta.

O trabalho de campo tem sido desenvolvido por meio das observações participantes, duas vezes por semana, pela manhã e pela tarde, em dias alternados, durando cerca de duas horas, envolvendo quatro pesquisadores. No período em que as crianças e jovens estão na casa procuramos acompanhá-los antes, durante e depois das refeições, ouvindo música, brincando, assistindo TV, ajudando nas tarefas domésticas, realizando tarefas escolares, acessando a internet, conversando, contando histórias. Aliado a isto realizamos uma conversa informal com uma das auxiliares de educação e dois encontros com a coordenadora da casa para apresentação do projeto de pesquisa, seguida de conversas informais sobre as crianças, a criação e o trabalho desenvolvido na casa.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das observações participantes, dos encontros com a Coordenadora e da conversa informal com uma das auxiliares de educação é possível fazer uma breve caracterização da casa e das crianças onde registramos as nossas primeiras impressões. Ainda é muito cedo para indicarmos as categorias de análise, por isso apresentamos alguns aspectos que deverão ser aprofundados no decorrer da pesquisa.

A casa, de caráter provisório, situa-se em um município da região sul do Rio Grande do Sul, tendo sido inaugurada em 2006. Tem em seu corpo de funcionários uma Assistente Social, coordenadora da casa, uma Psicóloga, 4 auxiliares de educação, 02 serventes e 02 merendeiras, sendo que todos são efetivos e concursados. Atualmente moram na casa 17 crianças e jovens, sendo que a capacidade máxima é de 20 moradores.

Para acolher esse número de crianças e adolescentes o espaço físico contempla 03 quartos, 02 banheiros, uma cozinha, uma refeitório amplo, uma sala de TV e vídeo, uma rouparia, a sala da coordenação e outra sala de estar, menor e pouco utilizada pelos moradores da casa. Dos 03 quartos, um é para os meninos, outro é para as meninas e o terceiro é destinado aos bebês e para as crianças pequenas até os sete anos de idade. Na área externa há uma dispensa, no fundo, à direita, separada do restante da casa, onde são armazenados os produtos de limpeza, a máquina de lavar e secar roupas e os alimentos. Existem também, nessa mesma área, dois pátios pequenos, localizados na frente e nos fundos do terreno, ambos são cimentados e não há nenhuma árvore ou arbusto. Por toda casa existem fotografias individuais e coletivas de todos que já estiveram ou estão na casa.

Embora não tenhamos como foco principal investigar os motivos que levaram as crianças e os jovens ao abrigo, fomos informados pela coordenação que nesse grupo havia casos de abuso, de agressão, de violência e de negligência, tanto pelos próprios familiares ou por pessoas muito próximas.

Todas as crianças frequentam as escolas públicas da rede estadual ou municipal, com exceção de uma menina que frequenta a APAE e outra que provisoriamente não está estudando. O grupo que estuda pela tarde participa, pela manhã, de algumas atividades (esportivas, artesanais) oferecidas pelo ASEMA (Apoio sócio-educativo no meio aberto), localizado ao lado da casa. Além disso, há um menino que duas vezes por semana é auxiliar no ASEMA e uma menina que aprende um ofício num determinado setor da prefeitura. Os que estudam no turno da manhã, a tarde permanecem na casa realizando atividades como assistir TV (desenhos, novelas e programas variados) e DVD (filmes e clipes), ouvir música (na sala, no refeitório e no quarto), realizando pequenas atividades domésticas como estender, recolher e dobrar as roupas, arrumar a cama e o quarto. As roupas e os produtos de higiene pessoal não são de uso coletivo, devendo cada morador ser responsável pela conservação e cuidado.

A partir dessa breve caracterização é possível destacar dois aspectos que necessitam de um maior aprofundamento: o primeiro é a convivência de meninos e meninas no mesmo espaço e o segundo, também importante, é a individualidade de cada uma das crianças e dos jovens moradores, presentes nas roupas, nos produtos de higiene, nos nomes, nos quartos, nos gostos, nas músicas, nos estilos pessoais.

## 4 CONCLUSÕES

Nossas primeiras impressões revelam que a invisibilidade do cotidiano das crianças abrigadas “[...] decorre das concepções construídas sobre as crianças e dos modos como elas foram inscritas em imagens sociais que tanto esclarecem sobre seus produtores [...] quanto ocultam a realidade dos seus mundos sociais e culturais” (SARMENTO, 2007, p.26). As análises até então realizadas nos levam a problematizar a ausência das vozes dos sujeitos tutelados, o pouco conhecimento que temos sobre “o ser e estar abrigado” e o compromisso da universidade para com o pensar e o colaborar nas políticas públicas relativas às crianças e aos adolescentes moradores.

## 5 REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei n. 8.069/90*, de 13 de julho de 1990, **Estatuto da Criança e do adolescente**, Brasília. Câmara Federal.

DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

FONSECA, C. O abandono da razão: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. In: SOUZA, Edson (org.). **Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

GRAUE, M.; WALSH, D. **Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SARMENTO, M. Visibilidade social e estudo da infância. In: RAMOS, V.; SARMENTO, M (orgs.). **Infância (in) invisível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A Institucionalização de Crianças no Brasil: Percurso Histórico e Desafios do Presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo, Loyola, 2004.

VERGARA, S. A Gestão da Política de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Revista de administração pública** – v 26, n.3, jul./set. 1992.

URIARTE, P. Estrutura e composição dos abrigos para crianças e adolescentes em Porto Alegre. In: I Simpósio Regional de Políticas Públicas pela família: suas e diretrizes, 2006. **Anais**. Pelotas: Ministério Público, 2006.